

A PROFESSORA E O VIGÁRIO EM CAMPINA GRANDE: UM CASO DE DENÚNCIA NO JORNAL *GAZETA DO SERTÃO*¹

v. 11 n. 23 (2023) : BILROS 2023.2

FABIANA SENA

Doutorado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2008). Pós- -doutorado em História da Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2013). Professora Associada no Departamento Metodologia Educação da Universidade Federal da Paraíba. Professora credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Memória, História e Educação (CNPq/UFPB). Pesquisadora da FAPESQ/PB. E-mail: fabianasena@yahoo.com.br

MATHEUS WESLEY PEREIRA DOS SANTOS

Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: matheuswesleyreal2020@gmail.com

¹ Este artigo é resultado da pesquisa intitulada “A educação na imprensa da paraíba entre a transição do Império e da República (1884-1894)”, referente ao EDITAL Nº 09/2021 DEMANDA UNIVERSAL – FAPESQ/PB, tendo como coordenadora a Profa. Dra. Fabiana Sena.

A PROFESSORA E O VIGÁRIO EM CAMPINA GRANDE: UM CASO DE DENÚNCIA NO JORNAL *GAZETA DO SERTÃO***THE TEACHER AND THE VIGARY IN CAMPINA GRANDE: A CASE OF COMPLAINT IN THE NEWSPAPER *GAZETA DO SERTÃO*****RESUMO**

Esse estudo busca analisar manifestações de protesto e uma denúncia contra a aposentadoria de uma professora, publicadas no jornal *Gazeta do Sertão*, o qual esteve em circulação de 1888 a 1891. Para tanto, este texto busca compreender o conflito entre dois sujeitos – a Professora D. Petronilla Maria Ephigenia de Oliveira e o Vigário Luiz Francisco Salles Pessoa, ocorrido na cidade de Campina Grande, província da Paraíba, personagens principais de uma história sobre relações de poder, presentes no processo educacional da época, as quais são identificadas na denúncia publicada no referido impresso. Compreendemos o jornal a partir da “prática de leitura”, na perspectiva de Roger Chartier bem como mediante o “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg. O trabalho socializa a compreensão sobre a importância dos jornais como artefatos da pesquisa histórica, sobretudo no campo da História da Educação, e, ao mesmo tempo, oferece significados sobre a sociedade e os arranjos do sistema educacional, entre 1884 e 1894, no contexto paraibano.

PALAVRAS-CHAVE: Jornal. Professora. Instrução Pública. Século XIX.

ABSTRACT

This study seeks to analyze protest demonstrations and a complaint against the retirement of a teacher, published in the newspaper *Gazeta do Sertão*, which was in circulation from 1888 to 1891. To this end, this text seeks to understand the conflict between two subjects - Teacher D. Petronilla Maria Ephigenia de Oliveira and Vicar Luiz Francisco Salles Pessoa, which took place in the city of Campina Grande, in the province of Paraíba, the main characters in a story about power relations present in the educational process of the time, which are identified in the complaint published in the newspaper. We understand the newspaper from the perspective of Roger Chartier's “reading practice”, as well as Carlo Ginzburg's “indicative paradigm”. The work socializes the understanding of the importance of newspapers as artifacts of historical research, especially in the field of the History of Education, and at the same time offers meanings about society and the arrangements of the educational system, between 1884 and 1894, in the Paraíba context.

KEYWORDS: Newspaper. Teacher. Public Instruction. 19th century.

INTRODUÇÃO

A imprensa brasileira assumiu durante o Brasil Império e a sua transição para a República um papel de clara importância, por ser um espaço reservado às denúncias, às reclamações, às opiniões, aos atos oficiais do governo etc. Segundo Barbosa (2010), os jornais são capazes de reproduzir textos que relatam e deixam pistas de como era o cotidiano de uma época e como as relações se davam nas instâncias do poder, justamente porque todas as ilustrações publicadas, fotos e letras impressas retomam o circuito da comunicação.

Nessa perspectiva, os jornais se revelam como fontes e objeto de análise dos tempos em que eram senhores da comunicação “analógica”, já que “[...] vibrava a força da palavra falada, manuscrita ou impressa. Era uma época marcada pela expansão do público leitor, das tiragens e do número de títulos, dando à linguagem impressa importância crescente, apesar de ainda diminuta em relação ao total da população” (Morel; Barros, 2003, p. 45). Mesmo assim, nem sempre tal artefato foi compreendido dessa forma ao longo da sua existência, em particular antes da Escola dos Annales. O entendimento do jornal como fonte ocorreu a partir da Nova História Cultural, de modo que seus exemplares representam “[...] um tipo mais específico de fonte histórica, capazes de oferecer inúmeras informações, discursos e indícios para a análise das sociedades que os produziram e dos meios nos quais eles circularam” (Barros, 2021, p. 422). Nessa direção e sob uma visão mais historiográfica sobre os jornais, revela-se como eles são culturalmente e como a sociedade os gera e os reatualiza, objetivando comunicação e expressão de poder, configurando-os também como instrumento de sociabilidade.

De acordo com Sena, Oliveira e Sousa (2017, p. 94), “O olhar atento sobre a imprensa permite verificar as diversas vozes proferidas nela bem como diferentes escritos que se fazem presentes, assinados ou não”. Referenciamos essa citação como ponto de partida para analisarmos uma manifestação de protesto e uma denúncia, ambas publicadas no jornal *Gazeta do Sertão*, impresso que esteve em circulação de 1888 a 1891, contra a aposentadoria da Professora Petronilla Maria Ephigenia de Oliveira. Para tanto, este texto busca compreender a relação entre essa Professora e o Vigário Luiz Francisco Salles Pessoa, ambos da cidade de Campina Grande, província da Paraíba, os quais, a partir da referida denúncia, se

tornam personagens principais de uma história sobre relações de poder desembocada no processo educacional da época.

No desenvolvimento deste trabalho, ancoramo-nos na compreensão de “prática de leitura”, na perspectiva de Chartier (1999), quando afirma que todo texto tem um sentido e que este se dá por meio do leitor, e no “paradigma indiciário” de Ginzburg (1989), que estabelece a capacidade de, a partir de dados aparentemente insignificantes, reconstruir uma realidade complexa que não pode ser diretamente experimentada. Com base nos vestígios observados no jornal *Gazeta do Sertão*, foi possível reconhecer que os indícios secundários ou negligenciáveis são relevantes para a compreensão de um sistema vigente no período em que o documento investigado foi produzido e por meio dos quais se verificou uma disputa de poder na instrução pública entre os protagonistas já acima citados.

O interesse do estudo em questão justifica-se, portanto, pela necessidade de se aprofundarem e se ampliarem as pesquisas sobre a Educação veiculada na imprensa da Paraíba no período supracitado. Sendo assim, como fontes primárias para a pesquisa em História da Educação, os impressos, tão vinculados ao seu próprio tempo, são vias de acesso para se compreender como se deu o discurso no contexto da transição do Império à República (1884-1894), exigindo um olhar atento ao contexto sociopolítico local.

A escolha do período histórico destacado se justifica por compreender os últimos anos de instabilidades e revoltas que marcaram o fim do Império brasileiro, notadamente de uma monarquia fundamentada na experiência com a escravidão, esta que culminou nas lutas sociais abolicionistas e em nome das quais se impôs a Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888, nos primeiros anos da República, de forte hegemonia militarista, caracterizada pelo jacobinismo radical dos governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (Schwarcz, 2012).

Na província da Paraíba, nesse decênio, como nas demais províncias do Brasil, viveu-se o que chamamos de transição do Império à República, tendo, na narrativa política sobre o direito à educação, a principal bandeira do desenvolvimento nacional e da modernização do Estado, com forte propagação e veiculação na imprensa, que, por sua vez, refletia muitos ideais concebidos em prol das lentas transformações pelas quais passava a nossa sociedade.

NO JORNAL, UMA DENÚNCIA...

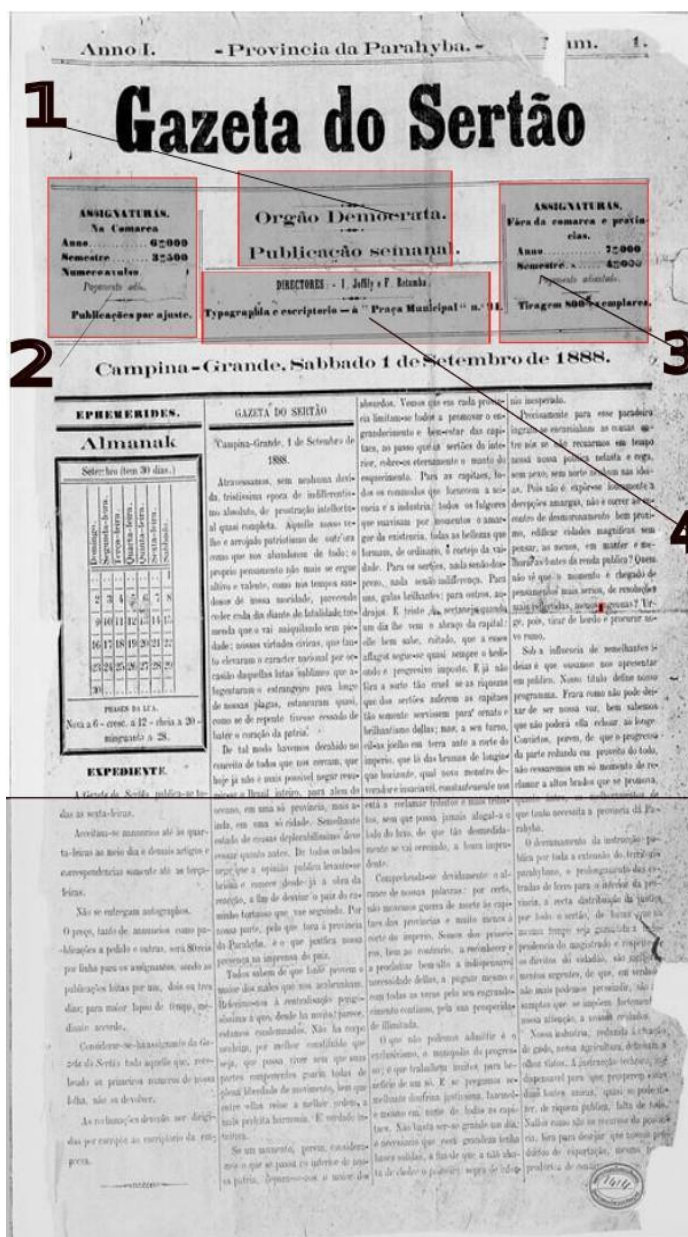
Gazeta do Sertão foi um órgão democrata e que teve o seu primeiro número impresso em 01 de setembro de 1888 e cujas publicações eram feitas semanalmente. A sede da tipografia estava situada na Praça da Municipal, nº 24. Tinha por diretores Irineu Ceciliano Pereira Joffily² e Francisco Soares Retumba Filho³. O jornal era formado pelas seções Almanak, Expediente, Cartas políticas ao Presidente da Província, Gazetilha, Telegramas, A Pedido, Editaes e Anúncios.

A primeira página dos jornais é considerada como a parte mais importante, pois tem o objetivo de despertar o interesse dos/as leitores/as e incentivá-los/as a ler a publicação. Nessa página, constam informações sobre decisões editoriais, principais acontecimentos do dia e notícias que visam estimular a interação entre leitores/as dentro de um cenário histórico específico, isto porque, de acordo com Barbosa (2007, p. 36), “como se trata de jornais do século XIX, cuja linguagem predominante é a alegórica, é preciso também verificar em que medida aquele texto, aparentemente sem sentido, não guarda em si uma relação ‘secreta’ com alguma notícia dada no mesmo jornal”.

² Irineu Ceciliano Pereira Joffily nasceu em 15 de dezembro de 1943 no município de Pocinhos-PB. Além de instalar a tipografia *Gazeta do Sertão* (1888-1891), publicou diversos artigos em *O Despertador* e o *Mercantil*, periódicos que circularam na capital do Estado nos anos de 1870 a 1883 (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 2005).

³ Francisco Soares da Silva Retumba Filho nasceu no dia 8 de agosto de 1856; era filho do engenheiro e construtor da Ponte Sanhauá, Francisco Soares da Silva Retumba. Francisco Retumba Filho se associou a Irineu Joffily para a criação do jornal *A Gazeta do Sertão*. Morreu, misteriosamente, no dia 3 de dezembro de 1890 no Recife (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 2005).

Figura I – A primeira página do *Gazeta do Sertão* (1888 a 1891)



Fonte: *Gazeta do Sertão* (1888, p. 1).

O jornal *Gazeta do Sertão*, que circulou de 1888 a 1891, apresenta, na sua primeira edição, em 1 de setembro de 1888, o preço da sua assinatura: ao ano, 6.000 réis; semestral, 3.500 réis; e avulso, 160 réis, com pagamento adiantado. Ao compararmos os valores de algumas mercadorias encontradas no próprio jornal, observamos que, com o valor cobrado pela assinatura semestral do jornal, era possível comprar diversos itens como, por exemplo,

10 unidades de milho, cinco quilos de carne seca e algo aproximado a 10 unidades⁴ de farinha, conforme demonstra a Figura II a seguir.

Figura II – Valores das mercadorias no *Gazeta do Sertão*, em 1888

Mercado de Campina em 22 de Setembro de 1888.	
Milho	320 à 400
Feijão	1\$000 à 1\$400
Farinha	320 à 360
Carne secca . . . kil.	600
Rapadura cento.	8\$000

Fonte: *Gazeta do Sertão* (1888, n. 5(1), p.4).

Conforme já comentado anteriormente, no periódico *Gazeta do Sertão* havia vários tipos de textos sobre diversos assuntos. Entre eles, encontramos a narrativa intitulada “Grande Opressão”, sobre a contenda entre um vigário e uma professora, relato que foi publicado no dia 26 de outubro de 1888. A partir do vestígio – a manifestação contrária à jubilação da professora, D. Petronilla Maria Ephigenia de Oliveira, texto que ocupava espaço no jornal para contestar o ato que se considerava ser de perseguição política –, buscamos outros fios que, por meio desse veículo, nos permitisse perceber como se deu a denúncia – esta realizada pelo Delegado Escolar – contra a professora, o início do processo de jubilação aberto em seu desfavor e, por fim, quais foram as manifestações com a sua concretização. O jornal supracitado foi o espaço utilizado por aqueles contrários ao posicionamento do vigário Luiz Francisco de Salles Pessoa, para apresentar os motivos pelos quais a professora estaria sendo perseguida. O que, afinal, motivou essa contenda? Que relação havia entre o Vigário e a Professora?

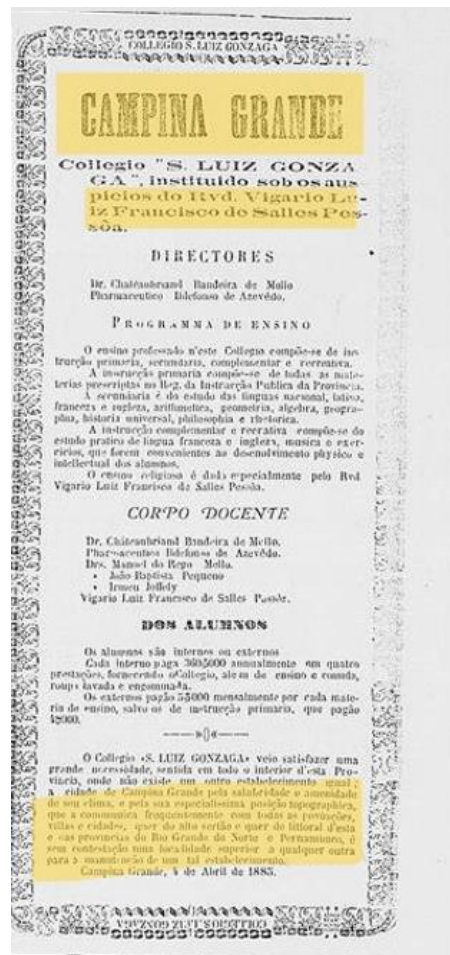
Dentre as possíveis causas, há uma notícia na seção “A pedidos” que apresenta como um dos objetivos da sua jubilação a assunção, por uma protegida do Vigário, da cadeira da Campina Grande, até então assumida pela Professora D. Petronilla Maria Ephigenia de Oliveira. Tal processo só poderia se concretizar com o afastamento desta última, ocasionando, portanto, vacância da referida cadeira. Com interesse nessa substituição, por razões não tão explícitas nos jornais, o Vigário Luiz Francisco Salles Pessoa utilizou a sua posição na

⁴ Não temos como precisar o peso de cada unidade.

sociedade campinense – a de enviado ou representante de Deus na Terra –, para obter o que pretendia. O que se sabia do Vigário que não estava explícito na notícia?

Em 8 de novembro de 1885, no jornal *Diario da Parahyba*, há um anúncio de escola particular primária, secundária, complementar e recreativa, sob a responsabilidade do Vigário Luiz Francisco, em Campina Grande, segundo se confirma pela Figura III abaixo. Que relação ainda se mantinha entre o referido Vigário e a escola no ano de 1888, quando foi visitar D. Petronilla Maria Ephigenia de Oliveira?

Figura III – Anúncio de Colégio



Fonte: *Diario da Parahyba*, 8 de novembro de 1885, p. 3.

Em meio às contestações feitas no jornal, *Gazeta do Sertão*, D. Petronilla de Oliveira começou a figurar com bastante visibilidade nesse suporte. A notícia sobre a sua jubilação causou debate e indignação entre os/as possíveis leitores/as, principalmente para aqueles/as

que tinham considerável afeição ao trabalho realizado por essa Professora de ensino primário daquela cidade, segundo é possível observar na notícia publicada no dia 26 de outubro de 1888, abaixo:

GRANDE OPPRESSÃO - Informa-nos pessoa fidedigna que, achando-se doente a professora publica de instrução primaria desta cidade, D. Petronilha, foi visitada pelo vigario da freguezia, o Sr. P.e Salles, que prevalecendo-se do seu estado de molestia, quiz obrigar-a a pedir remoção de sua cadeira.

Recusando ella acceder á tão insolita intimação, o sr. vigario ameaçou-a em phrases duras e gesto irado, dizendo que tudo faria d'ora em diante, para ser ella demittida; e retirou-se deixando a pobre senhora aterrada.

D. Petronilha é uma boa professora, moralizada e habilitada, o que se prova com o crescido numero de alumnas que frequentam a sua aula; pelo que o procedimento do Vigario, tão contrario á caridade evangelica, tem tido geral reprovação.

Informam-nos ainda que há uma denuncia calumniosa contra a professora; e que o sr. vigario Salles vae prevalecer-se della para conseguir os seus fins de perseguição.

Que exemplo de caridade está dando o vigario desta cidade! Se é já assim no principio de sua collação, quanto mais no fim!

E' bom que S.Ex.^a o sr. Bispo da diocese vá verificando por si mesmo quanto e inconveniente alliar-se os deveres de parochio com os de chefe politico da localidade (Gazeta do Sertão, 26 de outubro de 1888, p. 4).

Aposentadoria - Consta igualmente haver sido dada aposentadoria forçada á professora publica desta cidade, D. Petronilla de Oliveira.

Este acto revoltante de iniquidade já há muito era esperado, em vista das intrigas tecidas pelo vigario da freguezia, P. Luiz Francisco de Salles Pessoa. Como quer que seja, a injustiça de acaba de ser victima D. Petronilla não a desdoura e a confiança que nessa depositavam os pais de familia, continua a ser a mesma (Gazeta do Sertão, 18 de janeiro de 1889, p. 4).

Nas duas notícias acima, D. Petronilla Maria Ephigenia de Oliveira é considerada uma vítima e como cumpridora de seus deveres, já que esteve “á bem do serviço publico” e que “nunca teve uma professora com aptidões iguaes às de D. Petronilla”. Por ser uma pessoa exemplar, os/as autores/as dos textos se colocaram em defesa pública e ampla da vítima perante seu algoz, o Vigário Luiz Francisco de Salles Pessoa.

No que se refere às afeições demonstradas por aqueles(as) que buscavam defender a permanência da D. Petronilla Maria Ephigenia de Oliveira na instrução pública, notamos o uso de diversos termos expressando oposição ao denunciante e tentativa de convencer os/as leitores/as desse jornal que havia perseguição do Vigário contra uma professora pública que

cumpria com todas as normas da instrução pública exigidas durante todo o seu percurso profissional.

Com essa intenção, identificamos as seguintes expressões: “Moralizada e Habilitada”, “é uma senhora digna de respeito”, “compre os seus deveres” e “a confiança que os pais depositavam nela” – todas utilizadas para fazer menção à sua representação como professora nos moldes e exigências do ser docente no século XIX. Nota-se o cuidado em mencionar, de forma objetiva, as suas qualidades, pois a prática social estava ligada durante muito tempo pela representação do/a professor/a (Passos, 2011). Evocar os valores implícitos e a perpetuação de normas, leis e valores no imaginário dos/as leitores/as era uma das táticas argumentativas utilizadas para tornar os enunciados ou pronunciamentos socialmente aceitos.

Neste sentido, o discurso não dirige seu foco para o significado, mas sim ao significante, pois ele representa o imaginário dos/as leitores/as desse discurso, com a pretensão de reproduzir um discurso “de” e “para” esse imaginário de consolidação do acervo moral imposto naquele período. Na situação aqui destacada, a professora representava, portanto, como já dito, os valores e costumes de ser professora no século XIX.

Com base nas publicações no *Gazeta do Sertão* que protestavam contra a jubilação da Professora D. Petronilla Maria Ephigenia de Oliveira, juntamente com a defesa dos valores que a circundam, Tristão (2021 p. 29, sic) afirma que “A docência estava atrelada a um conjunto de preceitos social e moralmente construídos e influenciados no âmbito da religiosidade e moldados por normas e orientações cada vez mais específicas no decorrer do século XIX”. Nas publicações do jornal, foram encontrados fragmentos de que a professora de Campina Grande preenchia todos os requisitos estabelecidos para a época, conforme reproduzimos aqui novamente: “D. Petronilha é uma boa professora, **moralizada e habilitada**, o que se prova com o crescido numero de alumnas que frequentam a sua aula; pelo que o procedimento do Vigario, tão contrario á caridade evangelica, tem tido geral reprovação” (Gazeta do Sertão, 26 de outubro de 1888, p. 4, grifo nosso).

Sobre outro dado que podemos obter por meio do trecho “Este acto revoltante de iniquidade já há muito era esperado, em vista das **intrigas tecidas** pelo vigario da freguezia, P. Luiz Francisco de Salles Pessoa.”, publicado no dia 18 de janeiro de 1888, sobre a aposentadoria forçada da professora, diz respeito ao caráter duvidoso do vigário, cujas artimanhas já eram previstas para alguma parte da população. O que se esperar “desse” vigário?

No dia 14 de dezembro de 1888, o jornal *Gazeta do Sertão* publica um abaixo-assinado, dirigido a alguém tratado como “Ilm. e Exm. Seur” – supostamente, o Diretor da Instrução Pública, o Presidente da Província, ou, quem sabe, o Bispo. Nesse documento cujo emissor é de cunho coletivo, vê-se claramente manifestação de apoio à professora D. Petronilla Maria Ephigenia de Oliveira e pedido de resolução para o caso. Ainda nesse documento, também é possível verificar que constam: a) a motivação desse recurso (abaixo-assinado) – protestar contra a perseguição à Professora; b) sua autoria – o Delegado Escolar, Juventino de Miranda Cabral de Vasconcelos; e c) o interesse desse denunciante – substituir uma protegida do Vigário.

Ainda no abaixo-assinado, verifica-se a estratégia utilizada pelo grupo para demonstrar o apoio popular à professora bem como sua forte rede de sociabilidade, provando que estavam dispostos a terem seus nomes publicados em um ato de repúdio a um Delegado de Instrução Pública e ao Vigário da cidade. Essa rede estava representada por 44 assinaturas de cidadãos campinenses, conforme podemos verificar abaixo:

A pedidos - Ilm. e Exm. Seur. Os abaixo assignados, habitantes da cidade de Campina Grande, vêm, perante V.Ex.^a, protestar contra a perseguição que se move nesta cidade à professora publica, D. Petronilla Maria Ephigenia de Oliveira, e requerer a sua permanencia em dita cadeira, em bem da instrucção publica.

A denuncia dada pelo delegado escolar, bacharel Juventino de Miranda Cabral de Vasconcellos, contra a mesma professora, de praticar actos immoraes é uma calunia revoltante, visando somente o fim de sua remoção, para ella substituida por uma protegida do vigario da freguesia, Luiz Francisco de Salles Pessoa, de quem é o mesmo delegado escolar mero instrumento.

Exm.^a Seur., esta cidade nunca teve uma professora com aptidões iguaes às de D. Petronilla, e a frequencia de sua escola é a prova mais cabal do zelo com que ella cumpre os seus deveres.

Ten. José Gomes de Farias.

Neg. Deocleciano C. Machado Rios.

” Constuncio Alves Correia

” José Joaquim Pedrosa.

Cap. Agostinho L. da Silva Porto.

Neg. João Baptista Leal.

” João L. da Silva Porto.

Ten. Cor. João Lourenço Porto.

Aquilino Rodrigues de Souza Magalhães.

João José da Silva Coutinho.

Floripes José da Silva Coutinho.

Maj. José Lourenço Porto.

José Bernardino de Araujo.

Cap. Joaquim Pinto da C. Souto Maior.

Ten. Ildfonso Brito da C. Souto Maior.
Cap. Manoel Correia de Crasto.
Neg. Emiliano Carneiro de Albuquerque.
Maj. Paulino da C. Souto Maior.
Alf. João Baptista dos Santos.
Chrispiniano Pereira Nepomuceno.
Pedro B. dos Santos Morreca.
Graciano José de Farias. [...] (Gazeta do Sertão, 14 de dezembro de 1888, p. 3).

Essas 44 assinaturas correspondiam a 27 civis e 17 militares, estes últimos demonstrando que o apoio à Professora ia além da comunidade civil, pois se via mobilização e engajamento de diversas patentes, como tenentes, capitães, majores, todas figurando como signatários da carta enviada ao Bispo da Diocese local. Segundo Sena (2019), a assinatura de apoio publicada no jornal busca um reconhecimento ou consagração de um sujeito. No caso aqui discutido, tais assinaturas demonstram uma atitude tática (ou estratégica) ao indicar sinais de uma forte rede de sociabilidade de D. Petronilla Maria Ephigenia de Oliveira, dando força às suas qualidades como professora na Instrução Pública de Campina Grande.

Embora houvesse toda a manifestação de protestos no jornal durante quase três meses, a professora foi aposentada, como noticiou o *Gazeta do Sertão* no dia 18 de janeiro de 1889, publicação já apresentada anteriormente aqui. Essa conclusão nos induz a indagar quais seriam as relações que o Vigário tinha com o Diretor da Instrução Pública e com os políticos envolvidos em tal situação na época.

Faz-se necessário ressaltar que, embora o religioso, após a primeira denúncia, tenha sido o principal alvo das acusações, o Delegado Escolar não saiu ileso de tal contenda. Seu desgaste público foi evidenciado quando foi designado para outra cidade, o que demonstra que o abaixo-assinado de 14 de dezembro de 1888 foi atendido – na edição do dia 25 de janeiro de 1889, foi publicada a notícia de sua saída de Campina Grande. Nessa notícia, é possível constatar a falta de apreço que o/os autor/es do texto tinham por Juventino de Miranda Cabral de Vasconcelos, em razão das suas articulações políticas para interesses próprios. A publicação registra votos fervorosos para que o Delegado Escolar se mantenha longe da cidade, conforme se lê adiante:

Sahida – Retirou-se afinal desta cidade o Dr. Juventino de Miranda Cabral de Vasconcellos, ex-promotor público da comarca⁵.

S. S.^a, que por largos mezes esteve entre nós, não leva daqui nenhuma amizade sincera; apenas deixa afeiçoados políticos, a cujo o interesses particulares servin con perfeito menoscabo da justiça publica.

Acreditamos que não nos deixa saudades.

Fazemos fervorosos votos para que o conservem longe de nós (Gazeta do Sertão, 25 de janeiro de 1889, p. 3-4).

Ainda no mesmo dia, 25 de janeiro de 1889, o jornal *Gazeta do Sertão* publicou, na seção “A pedidos”, o texto de defesa do citado Vigário, que buscou contraditar tais acusações por meio da reprodução do sermão que seria proferido por ele mesmo durante uma missa em 2 de fevereiro de 1889. Ora, o Vigário aproveita a ocasião da celebração da missa, quando tem o discurso de autoridade, para pronunciar-se em seu favor; também faz uso do jornal em que circulou discurso contra ele. Como não fica claro quem pediu para que o discurso do padre Luiz Francisco de Salles Pessoa fosse reproduzido em “A pedidos”, podemos supor que ele próprio o teria feito, já que os textos publicados no jornal na época não demandavam autoria explícita.

“Señr. Redator. Não é justo que as columnas da Gazeta do Sertão só se prestem á accusação; venho pedir-lhe um pequeno espaço para a defeza; espero que será publicada a integra do discurso que pronunciou o Revm. Padre Salles na missa do dia 2 de Fevereiro (Gazeta do Sertão, 25 de janeiro de 1889, p. 2).

[...] Nestes ultimos tempos se ha tecido nesta cidade as mais infames intrigas contra mim, mil e mil calumnias se inventam contra o pobre pastor que só tem as vistas, Maria Santissima bem o sabe, fixas na salvação das almas que foram confiadas a seu santo zelo, a seus cuidados zelo [...]. Essas calumnias, essas intrigas, donde partem ellas? sim, donde partem ellas? basta dizelo para que minha innocencia fique provada. De um bando de inimigos desaffectedos, invejoso, que aspiram a ennodoar-me a alma, para que elles possam roubar-me a gloria que me esta destinada, aquellas de subir ao ceo e lá residir para sempre [...].

E vêde bem irmãos, já cinco denuncias foram lançadas contra mim; elles bem sabem, os bandidos, que o seño. bispo os não acreditará; por isso preparam a minha morte [...].

Accusam-me de ter aconselhado alguns fazendeiros a não saldar as contas com a camara municipal: é falso, é uma calumnia; acusam-me de ter pertubardo não sei que socego da familia ! oh ! irmãos, Christo não soffreu tanto! (Gazeta do Sertão, 22 de fevereiro de 1889, p. 3).

⁵ Em algumas publicações, a exemplo desta, Juventino de Miranda aparece como promotor, mas na citação direta do dia 14 de dezembro de 1888, ele figura como delegado escolar.

A partir da exposição da sua defesa publicada no jornal, o padre Luiz Francisco de Salles Pessoa menciona outra acusação que sofre para além da que se referia à Professora, “Accusam-me de ter aconselhado alguns fazendeiros a não saldar as contas com a camara municipal”. Em seu discurso, há a reiteração de que as acusações são calúnias e intrigas contra a sua pessoa, já que se via como um pastor com a missão de salvar as almas, as quais são a população da região onde se localiza a sua paróquia. O Padre se queixa de estar em risco de perder sua morada no céu, destino que ele acredita ser de fato o seu.

Ademais, o conteúdo do discurso do padre Luiz Francisco de Salles Pessoa também demonstra que buscou responder a algumas acusações e tratar de afugentar qualquer credibilidade de tais denúncias junto ao Bispo, porque muitas delas foram direcionadas a essa figura de autoridade. Desse modo, apresenta-se como vítima, a ponto de dizer que está sofrendo mais do que Jesus Cristo.

O Vigário também pergunta de onde partiram as calúnias. Quanto a isso, de acordo com uma publicação do dia 25 de janeiro de 1889, estas vieram do Partido Conservador, opondo-se aos liberais, inclusive ao jornal *Gazeta do Sertão*, que é de caráter democrático:

A propósito dos boatos que se publicam na secção dos *A Pedidos*, consta-nos que os amigos do snr. vigário Salles meditam quebrar nossa typografia. Desprezamos semelhante ameaça. Em todo caso por qualquer desacato que soffremos em nossa propriedade tornaremos responsável o mesmo vigário Salles. É bom, pois, tomar nota”.

Quem seriam esses supostos amigos do Vigário?

Antes da resposta do Vigário Salles às denúncias que vinha sofrendo, a Professora Petronilla Maria Ephigenia de Oliveira foi aposentada, conforme se vê na publicação do dia 18 de janeiro de 1889, página 4, do *Gazeta do Sertão*: “Consta igualmente haver sido dada aposentadoria forçada á professora publica desta cidade, D. Petronilla de Oliveira”.

Na notícia do dia 14 de outubro de 1897, do jornal *A União*, que tratava sobre reanálise dos valores da aposentadoria recebidos pela Professora, constata-se que, no dia 13 de agosto de 1889, ela retornou ao exercício, devido à cassação da decisão de aposentadoria e que o seu pedido de jubilação não havia sido feito por ela.

Tendo sido designada neste mesmo anno “(1880)” para reger a cadeira de Campina Grande, como consta do documento n.º 2, e ter-se conservado no exercicio até Fevereiro de 1889, quando foi jubilada; e, que não obstante, em

junho do mesmo ano foi cassada esta nomeação e entrou de novo em exercício aos 13 de Agosto do mesmo ano, conforme documento 3.º:

Atendendo ainda que a suplicante conservou-se no exercício do mencionado cargo até que foi novamente nomeada por meio de injustiças, quando tinha prestado os mais relevantes serviços;

Atendendo que a suplicante não pedira a supressão da cadeira de Pilões e nem para ser jubilada na cadeira de Campina Grande, onde estaria prestando seus serviços, a não ser estas jubilações (A União, 14 de outubro de 1897, p. 1).

Nos jornais da época, não há menção sobre a recondução da Professora ao seu cargo. No jornal *A União* de (1897), no entanto, fala-se sobre o aumento dos valores recebidos pela jubilação, a contagem do tempo em que foi jubilada como também o tempo referente ao seu retorno para o cargo de professora – em 13 de agosto de 1889; ou seja, quase sete meses após a sua jubilação, ela retornou ao cargo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou compreender o contexto que fomentou uma relação de conhecimento mais profundo, entre educação e imprensa, quanto aos seus processos de produção e circulação, enfatizando as relações comunicacionais e de poder na sociedade. O estudo empreendido em relação à tipologia dos jornais, o conteúdo e a materialidade do produto jornal proporcionou “achados” em relação ao campo da educação no momento da transição de uma forma de governo para outra – do Império, agonizante, para a República nascente.

A partir de uma leitura indiciária, segundo o paradigma de Ginzburg, buscamos decifrar vestígios de um caso de denúncia feita por um Delegado Escolar, contra uma professora, e de um abaixo-assinado, resultante dessa denúncia, contra um vigário da cidade de Campina Grande, no final da década de 80 no século XIX. O trabalho socializa a compreensão sobre a importância dos jornais como artefatos na pesquisa histórica, sobretudo no campo da História da Educação, e, ao mesmo tempo, oferece significados sobre os arranjos do sistema educacional e a sociedade, entre 1884 e 1894, no contexto paraibano.

Por meio do suporte jornal, é possível encontrar lugar privilegiado no movimento de revisitar momentos históricos do nosso passado na área da Educação. A professora Petronilla Maria Ephigenia de Oliveira e o vigário Luiz Francisco de Salles Pessoa, aqui mencionados,

representam uma micro-história, graças à Nova História Cultural, cujos sujeitos foram trazidos à tona das pesquisas historiográficas da educação no Brasil.

A discussão e análise aqui empreendida se deu a partir de uma contenda que se estabeleceu quando o Vigário da cidade de Campina Grande resolveu visitar a professora, já anteriormente citada, por causa do seu estado de saúde e, na ocasião, a aconselhou a aposentar-se. O que se deu em seguida, está assim publicado: “Recusando ella acceder á tão insolita intimação, o sr. vigario ameaçou-a em phrases duras e gesto irado, dizendo que tudo faria d’ora em diante, para ser ella demittida; e retirou-se deixando a pobre senhora aterrada.” (Gazeta do Sertão, 26 de outubro de 1888, p. 4). O desenrolar dessa trama, que teve outros personagens, foi divulgado pela imprensa, o que nem sempre se verifica pelos documentos oficiais.

Ademais, pelas publicações do jornal, foi possível observar como uma professora do ensino primário do século XIX conseguiu movimentar uma rede de sociabilidade e demonstrar a sua indignação diante da atitude do referido Vigário. Isso demonstra a possibilidade que o jornal tinha em trazer à tona debates que estavam presentes na sociedade daquela época – os flagrantes do cotidiano, da disputa, das manifestações e opiniões. Além disso, foram evidenciadas pelo *Gazeta do Sertão* as táticas utilizadas por sujeitos que defenderam a professora e como eles se utilizaram dessas táticas para convencer o/a leitor/a sobre a compreensão do que era e como deveria parecer ser uma professora no século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A UNIÃO: Órgão do Partido Republicano do estado da Parahyba (PB). **Parahyba do Norte**, PB: [s.n.], Diário. 1893-1899. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=171239&pagfis=2413>. Acesso em: 6 abr. 2024.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa** – Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas—uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, v. 52, p. 397-419, 2021.

BARROS, José. História comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada** [Online], 1.1 (2007).

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília: UnB, 1999.

DIARIO DA PARAHYBA. Paraíba, 8 nov. 1885. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809144&pesq=%22Luiz%20Francisco%20Salles%20Pessoa%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=925>. Acesso em: 14 set. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**: um caso de parricídio do século XIX. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

GAZETA DO SERTÃO: **Órgão democrata**. Campina Grande, PB: [s.n.], 1888- Semanal. Fundado em 1 setembro de 1888 por I. Joffily e F. Retumba. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-sertao/213667>. Acesso em: 6 abr. 2024.

GAZETA DO SERTÃO. **Grande Opressão**. Paraíba, 26 out. 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/213667/36>. Acesso em: 14 set. 2024.

GAZETA DO SERTÃO. Paraíba, 18 jan. 1889. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213667&pesq=%22petronilla%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=80>. Acesso em: 14 set. 2024.

GAZETA DO SERTÃO. Paraíba, 14 dez. 1888. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/213667/63>. Acesso em: 14 set. 2024.

GAZETA DO SERTÃO. Paraíba, 25 jan. 1889. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/213667/63>. Acesso em: 14 set. 2024.

GAZETA DO SERTÃO. Paraíba, 22 fev. 1889. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=213667&pagfis=97>. Acesso em: 14 set. 2024.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. **Memorial**: edição comemorativa do centenário de fundação do IHGPB 1905/2005. João Pessoa: IHGPB, 2005.

PASSOS, Mauro (org.). **A mística da identidade docente**: tradição, missão e profissionalização. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

SENA, Fabiana., OLIVEIRA, Bianca. M. DE, & SOUSA, Larisse. L. de. A IMPRENSA NO NORDESTE BRASILEIRO: CORRESPONDÊNCIAS SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA. **Interfaces Científicas** - Educação, 2017, 5(2), 91–104. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2017v5n2p91-104>. Acesso em: 10 mai. 2024.

SENA, Fabiana. O professor Amaro Cavalcanti e a imprensa do Ceará: uma leitura do

intelectual no império brasileiro. **Revista História da Educação**, e82321. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/82321>. Acesso em: 10 mai. 2024.

TRISTÃO, Isabela Nathália Nunes. **Os cabouqueiros do edifício nacional: modelos docentes em disputa em Pernambuco**. Orientadora: Fabiana Sena. 2021. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

Artigo recebido em agosto de 2023. Aprovado em outubro de 2023.